

A Crise da Representação Moderna

Marcos H. Camargo
Faculdade de Artes do Paraná

Resumo

A intenção deste artigo é discutir a crise de valores baseados no pensamento moderno, em face do surgimento de uma nova cultura, apelidada de pós-moderna, que se impõe rapidamente às instituições culturais na medida em que sua visão é comunicada globalmente pelas mídias audiovisuais.

Palavras-chave: crise, modernidade, pós-modernidade, valores culturais, mídia.

OS principais valores da modernidade conheceram seu estágio de radical realização entre os anos 1940 e 1980, quando eclode no ocidente a sensação de um rompimento, uma rasgadura do tecido moderno, deixando expostas as primeiras manifestações ditas ‘pós-modernas’. Ainda não se trata de uma oposição diametral, de vez que essas erupções culturais se apresentam como uma decorrência do próprio pensamento moderno, mas já se percebe o gradativo abandono dos valores da racionalidade sobre contextos tradicionais; não se aceita mais tão facilmente o conceito de Estado nacional como paradigma da razão; perdem-se os valores da impessoalidade dos sistemas lógicos de gestão social; duvida-se da importância de se controlar a natureza em nome de um antropocentrismo disfarçado de humanismo idealista; questiona-se a ordem militar como parâmetro de relações internacionais; e busca-se por alternativas eficientes à economia capitalista como padrão de valoração universal. Além disso, idéias acerca do humanismo, da história e

do progresso teleológico, tanto quanto a crença em utopias sociais perdem sentido com a desvalorização do substancialismo – o conteúdo não mais se sobrepõe à forma.

Os valores da modernidade, calcados na fria razão de Estado, na lógica do mercado liberal e na moralidade judaico-cristã, sofreram sua (ex)implosão definitiva nos episódios de 1968 há quatro décadas. De repente, tudo começou a se degradar em preto e branco e o mundo moderno ficou cinza, com a revolta contra os costumes, contra a disciplina, contra o capitalismo, contra a repressão, contra a guerra, e daquele momento em diante, ficou “proibido proibir”.

De lá para cá, a modernidade vem se desconjuntando justamente por não saber lidar com a ilogicidade e a ausência de sentido (direção e significado) das não-propostas e desafios à autoridade (não reconhecimento de sua legitimidade) embutidos nos desatinos dos manifestantes e opositores da norma: os equivocados. Naquele longínquo 1968 os valores da modernidade também estavam sendo esgarçados em outras bandas, para além do Atlântico. Basta lembrar que à época, a Primavera de Praga se insurgia contra a lógica do regime soviético, e a nação mais poderosa do mundo começava a perder uma guerra contra um exército de esfarrapados que não lutava segundo a lógica clausewitziana.

O que mais perturbou o ordenado mundo dos modernos foi a inexistência de qualquer projeto da parte daqueles que contestavam e desacatavam seu poder e seu modelo. Os modernos não entenderam a natureza nem a virulência das revoltas, porque não encontraram nos rebeldes quaisquer propostas que fossem coerentes com a modernidade. Não havia proposta! Porque não se tratava de uma disputa entre modelos modernos, como entre liberalismo e socialismo, mas de uma repulsa generalizada contra os modelos. “A imaginação no poder” é uma contradição em termos, típica de Maio de 68, porque o poder não se mantém pela imaginação ou criatividade, mas apenas pela manutenção da ordem e disciplina que garantem o *status quo*.

A modernidade, envelhecida com o esgotamento da massificação do industrialismo e desacreditada pelo horror da Segunda Guerra Mundial, só se manteve transformando-se em ordenamentos cristalizados, tão esclerosados quanto aqueles que um dia ela venceu ao derrotar o *ancient regime*. O poder moderno tornou-se num autoritarismo em muitos

setores da vida humana, como na empresa, na família, na escola, na universidade e no Estado, não mais representando um anseio, porém, valendo-se por si mesmo e divorciando-se da realidade social e individual.

Em outra pichação, “que se danem as fronteiras!”, caía ainda mais o sentido da modernidade, que sempre se baseara na clara definição de conceitos, especialmente entre os opostos certo e o errado, a verdade e a falsidade, o bem e o mal e assim por diante, que permitiam fronteiras claras e objetivas. A ignorância dos modernos acerca do que acontecia naquele momento somente agora, quarenta anos depois, pode ser entendida: a reação gaullista na França, a repressão militar no Brasil, o esmagamento da Primavera de Praga ou a escalada militar dos EUA no Vietnã formaram a clássica resposta do *status quo* ao novo, quando este surge incompreensível, parecendo ameaçar as bases da legitimidade política.

Maio de 1968 jamais optou pelo socialismo, anarquismo ou liberalismo, mas sim contra o que Max Weber já havia vaticinado como o império da burocracia na sociedade moderna; queria se evitar a moderna estatização (racionalização) do indivíduo, tanto na democracia burguesa, quanto no socialismo real. Avesa a ordens definitivas a revolta se insurgia contra o *logos* do Estado moderno, contra o *representacionismo* arbitrário de uma democracia meramente simbólica (nos termos de Charles S. Peirce).

Mesmo que muitos ainda não concordem com as causas que originaram a derradeira “crise” da modernidade, ao menos ela pode ser datada, começando em maio de 1968 e concluindo-se em novembro de 1989, quando cai o último bastião da modernidade: o socialismo de Estado. Nas duas décadas que separam 1968 de 1989, o ocidente e o mundo tornaram-se mais cétricos com relação à saúde da modernidade. De fato, os valores do mundo moderno já não serviam de fundamento para a sociedade emergente, quando o muro de Berlim vem abaixo, e com sua queda sepulta as últimas esperanças do modelo racionalista de sociedade.

Em 1989, a maioria dos manifestantes não se compõe de jovens e marginais sociais que montam barricadas contra o poder, mas de sofridos dissidentes, velhos trabalhadores, membros da Igreja, *apparatchiks* e donas de casa que resolveram, espontaneamente, sacudir de suas cos-

tas a esclerosada burocracia socialista que se tornara numa casca vazia de sentido e de legitimidade social. Diferentemente de 1968, 1989 ocorre em grande parte na Europa oriental, dando a nítida impressão de que as *revoluções de veludo* foram, de fato, o *gran finale* de um espetáculo cultural que se iniciara em 1968. Ou então, foi mesmo o período de crise da modernidade, que evoluiu para sua *morte* em 1991, com o esfacelamento da moderna URSS, como bem descreve Eric HOBBSAWM:

Entre 1989 e 1991, desde a queda do muro de Berlim e o desaparecimento da URSS, o colapso desta parte do mundo revelou o mal-estar do resto. À medida que a década de 1980 passava para a de 1990, foi ficando evidente que a crise mundial não era geral apenas no sentido econômico, mas também no político. O colapso dos regimes comunistas entre Istria e Vladivostok não apenas produziram uma enorme incerteza política, instabilidade, caos e guerra civil, como também destruiu o sistema internacional que dera estabilidade às relações internacionais durante cerca de quarenta anos. (...) o futuro da política era obscuro, mas sua crise, no final do Breve Século, patente. Ainda mais óbvia que as incertezas da economia e da política mundiais era a crise social e moral, refletindo as transformações pós-década de 1950 [entre essas, as de Maio de 68] na vida humana (...) Foi uma crise das crenças e supostos sobre os quais se apoiava a sociedade moderna, de que os Modernos ganharam sua famosa batalha contra os Antigos, no início do século XVIII: uma crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo (1995, p. 20)

Segundo Hobsbawm, com o fim da experiência altamente racionalista do socialismo de Estado, as atenções se voltam agora para a outra versão da razão prática: o liberalismo – bastião ocidental do logocentrismo triunfante. O modelo logocêntrico da democracia representativa, que desde o século XVIII vem sendo considerado um avanço em relação aos arranjos políticos idiossincráticos do antigo regime, em relação a

ditaduras e teocracias, começa a fazer água no século XXI, exigindo atenção para os freqüentes abalos em seus fundamentos.

Se aplicarmos nesta análise alguns preceitos da semiótica peirceana para sondar a crise da representação moderna, vamos perceber que se trata da emergência de problemas relativos à crença social em valores e instituições que deixaram de se identificar com a sociedade que pretendem “representar”. Peirce assevera que as representações são textos formados de signos de várias linguagens da cultura, utilizados para comunicar valores que, por sua vez, precisam ser socialmente aceitos.

Quando o apoio a determinadas representações culturais fenece diante de uma descrença social, se faz necessário criar outros valores, comunicados por novos textos que, por sua vez, são compostos por agrupamentos de signos. Para a semiótica, há vários tipos de signos, e Peirce criou sua própria tipologia levando em consideração, por exemplo, a natureza dos signos e seus vínculos com os objetos que representam. Neste caso, são três tipos de signos – índices, ícones e símbolos.

Os índices são signos que mantêm uma relação de contigüidade com o objeto que representam, pois são como rastros – indícios da presença do objeto. Também podem ser cheiros, perfumes – o aroma de uma rosa indica sua presença próxima. Esses indícios, portanto, representam seus objetos por que são causados por estes, e seu vínculo com os objetos que representam é mais concreto e real. Os ícones, tal como as imagens, são signos que imitam e se assemelham de alguma forma aos objetos que representam. Os ícones podem ser pinturas, esculturas, imagens, etc.

Os signos simbólicos são regras, como os sinais de trânsito, as palavras, números e todos os tipos de códigos que representam seus objetos por meio de uma convenção, um hábito, uma crença. Os símbolos são, neste caso, mais abstratos porque funcionam como gatilhos lógicos que causam a representação de objetos mediante uma relação de convencionalidade.

Em toda a história do Ocidente, os signos simbólicos foram os mais utilizados para a transmissão e preservação de conhecimentos, como é o caso das palavras. Os símbolos representam idéias, conceitos e definições abstratas, enquanto que índices e ícones costumam representar objetos mais concretos e presentes no mundo das coisas.

Como a modernidade está baseada no conhecimento intelectual desenvolvido nos últimos cinco séculos por uma cultura letrada, todos os

valores e instituições modernas correspondem a idealizações produzidas por textos, cujos signos Peirce nomeia como “símbolos” – os mais convencionais de sua tipologia. Desse modo, a forma de representação mais comum no Ocidente é logocêntrica.

Porém, com o advento das mídias audiovisuais a partir do século XIX, e sua massificação em meados do século XX, outros signos entraram fortemente em cena competindo com a convencionalidade lógica do símbolo peirceano. Sons e imagens em movimento passam a comunicar textos indiciais e icônicos ao representarem o mundo por meio de imagens, sons e cinestésias, dando início a uma descentralização da representação arbitrária dos signos simbólicos das letras e números. A cultura letrada, agora, passa a disputar espaço social e político como uma emergente cultura audiovisual que, além de comunicar abstrações conceituais como fazem as letras, também transmitem imagens concretas do mundo, seus sons e movimentos, levando a sociedade ocidental a comparar o conhecimento abstrato e utópico das letras, com o conhecimento mais concreto e pragmático das coisas empíricas.

Porém, muitas instituições e valores modernos ainda resistem a se transformar, conservando-se como representação simbólica do *status quo* e das formas assumidas pelo poder democrático, apesar do crescente estranhamento experimentado pela nova cultura, com relação àquelas formas arcaicas de representação. Alguns sintomas da deterioração dos mecanismos lógicos da democracia representativa podem ser destacados assim:

1. Representação – os líderes políticos são como signos simbólicos (lógicos) que representam o objeto de um modo ideal (idéia de povo). Toda representação é uma intermediação entre a coisa e seu intérprete. A desconfiança com relação a intermediários vem se tornando tão grande, que a sociedade atual tende sempre a desprezar o representante da coisa, para correr atrás da coisa em si mesma. A imprensa está sempre repleta de exemplos da dissociação crescente entre o sistema político “representante” do povo e a sociedade real e concreta que forma a nação. A distância que o sistema político representativo coloca entre o Estado e a sociedade se compara àquela entre a palavra e o real, pois o signo verbal representa uma idéia abstrata e geral da coisa, mas nunca a própria coisa. Ou seja, a representação política na democracia liberal perde perigosamente sua importância devido a sua convencional-

idade e arbitrariedade frias e distanciadas, que se desvalorizam diante da sociedade contemporânea, por pretender lidar com a comunidade de pessoas reais do mesmo modo como o real é representado por um conceito abstrato e constituído diagramaticamente.

Então, como a população tem feito para resgatar seus vínculos afetivos? Apostam, cada vez mais, no autogoverno das organizações civis e movimentos sociais, à revelia de um discurso burocrático e anacrônico que os políticos insistem em representar.

O discurso gerador de sentido foi, por muito tempo, prerrogativa da liderança política, porque esta sempre teve o monopólio da produção de conteúdo – o político sempre foi um emissor incontestado de conteúdos, nem sempre cabendo ao povo o arbítrio sobre suas mensagens, como é o caso das ditaduras. Ora, o hábito crescente da produção pessoal de conteúdo [nas mídias cibernéticas], assim como a informalidade de sua transmissão, recepção e manuseio por outras pessoas e grupos sociais, dessacralizou a produção de sentido e os próprios discursos, rompendo a formalidade da mediação política, conceito basilar da democracia representativa. (CAMARGO, 2004, p. 133)

O político, na democracia representativa, vê a sua prerrogativa de reafirmar e confirmar as representações de valores sociais por meio de seus discursos, que se chocam contra evidências contrárias na forma de imagens, vídeos e outras gravações que denunciam a vacuidade de suas palavras. Enquanto, com seus discursos, eles clamam no deserto da abstração, a sociedade real busca por mecanismos de gestão social que efetivamente resolvem seus problemas.

2. Distanciamento – a principal condição da representação é a distância que ela se coloca do objeto que referencia. A representação não serve a seu propósito a não ser na ausência do objeto, já que muitas vezes a presença da coisa dispensa sua representação. Desse modo, o representacionismo logocêntrico da democracia liberal exige o distanciamento do político com relação à sociedade real. Mas os efeitos de proximidade física e emocional com as coisas, gerados pelas imagens e sons das onipresentes mídias audiovisuais, fazem a sociedade contemporânea perceber cada vez mais aquele distanciamento que as lideranças

democráticas interpõem entre a representação política do povo e o povo propriamente dito.

3. Parcialidade – outro mito que vem abaixo com a revelação da fragilidade representacional da democracia liberal é o da imparcialidade racional. Se utilizarmos-nos da semiótica para analisar o discurso liberal democrático, apomos a tal representação a mesma crítica dirigida a todos os demais discursos da cultura, qual seja o fato de que qualquer signo, texto ou narrativa representa apenas parcialmente o objeto de que trata. Se nenhum signo ou texto consegue substituir (representar) integralmente seu objeto, certamente a representação democrática da sociedade é apenas parcial. Essa parcialidade não era tida como negativa enquanto a sociedade se pautava pelo logocentrismo da cultura letrada, já que a representação do povo era ‘ideal’ (no duplo sentido). Agora, contudo, a sociedade contemporânea sente a parcialidade com que a representação político-democrática lida com a nação, porque não se vê refletiva real e concretamente nas instituições públicas, percebendo-se ausente do Estado com o qual deveria identificar-se.

4. Distinção – o conceito de igualdade e identidade, tão caros aos modernos, vem perdendo sentido para a sociedade contemporânea, visto que os políticos não se ‘identificam’ nem se ‘igualam’, mas se diferem (se distanciam) do povo para representá-lo. Isto é, o signo (especialmente o lingüístico e o matemático) precisa ser outra coisa diferente do objeto, de modo a representá-lo eficientemente. Sendo coisas distintas, sistema democrático de governo e sociedade real, a relação perde identidade. Sempre existirão diferenças intransponíveis que a ‘crise da modernidade’ vem deixando transparecer na medida em que o público toma conhecimento pelas mídias de “como se fazem as leis e as salsichas”.

5. Objetividade – a transformação das pessoas vivas e reais em meras tábuas estatísticas certamente distancia das decisões de Estado qualquer subjetivismo personalista. Esta conquista do sistema democrático muito serviu para vencer as idiosincrasias dos governos aristocráticos e totalitários, mas a ilusão de objetividade pressupõe que os representantes do povo sejam “eunucos sentimentais”, isto é, movam-se completamente isentos de interesses pessoais, servindo ao povo como em um apostolado da razão. Além disso, o mito da objetividade serve não mais do que para esfriar a relação entre o signo (representação política)

e seu objeto (a sociedade). Isto é bem típico de uma cultura letrada, cuja escritura verbal descontextualiza emissor e receptor afastando-os para espaços diferentes e, assim, evitando a pessoalidade na comunicação.

6. Cristalização de sentido – como é representante de idéias fixas, livres do atrito com o mundo real, a palavra tende a ser eterna em sua significação, raramente mudando de sentido. Na cultura letrada a verdade não está na relação adequada entre o discurso e o real, mas tão-somente no interior do próprio discurso. Na cultura letrada é comum a enorme resistência para mudanças naquilo que “está escrito”, além da perseverança em seu sentido literal. Como fruto direto da cultura letrada, a democracia representativa evita qualquer abalo na interpretação que faz da sociedade, como um ente ideal, destituído de movimento, de modo a significar sempre a mesma coisa. A representação política na democracia se torna, então, na representação de um objeto abstrato, mas quase nunca numa referência à sociedade realmente existente. Da mesma maneira como faz a palavra ao referenciar uma idéia geral do objeto, o político na democracia representa apenas uma idéia de povo, que dificilmente se reconhece ali.

7. Deslizamento de sentido – vejamos o exemplo de um livro que, por mais que o tempo passe, sempre irá contar a mesma história e fazer-nos crer nas mesmas idéias. A palavra tem o dom da eternidade, mas não o de ser sempre válida. A validade de um signo reside em sua capacidade de representar seu objeto. Se o objeto muda, mas seu antigo signo permanece referenciando o que a coisa era no passado, devemos encontrar outros signos capazes de adequar-se ao novo status do objeto. O político ainda representa uma sociedade que não está mais ali. O “signo político” da democracia representativa sofreu um deslizamento de sentido ao escapar-lhe o novo objeto – a sociedade contemporânea.

8. Convencionalidade – como a palavra é um signo arbitrário, a cultura letrada também convencionou uma representação arbitrária da sociedade, que não corresponde ao objeto material (povo real). Desde quando uma arbitragem matemática (um parlamentar para cada X mil eleitores) pode garantir uma eficiente representação reduzida da sociedade num parlamento democrático? Ao instituir a lógica do “um cidadão, um voto” a democracia liberal garantiu uma imensa evolução política evitando distorções sociais que impediam o acesso da vontade

popular às decisões do poder, entretanto, a igualdade (todos têm direito a um voto por cidadão) é um mito moderno que vem enfrentando desgaste, por conta do avanço das idéias sobre a diversidade original das pessoas. Além disso, sabemos que um político se elege pelo volume de votos, mas atua nas instituições do Estado conforme a influência de pressões que nem sempre vêm do povo.

9. Homogeneização – o processo arbitrário de identificação pela via da maioria parlamentar mascara as diferenças e diversidades fundamentais do objeto material (o povo real). Como vimos, o *logos* filosófico cria os conceitos para representar categorias de coisas, colecionando um número considerável de características que compreendem uma classe de objetos, da mesma forma como dispensa as particularidades das coisas individuais como resíduos insignificantes da empiria, de forma a generalizar uma idéia e nomeá-la numa proposição. A democracia representativa, fruto direto da cultura logocêntrica, realiza a mesma operação que o *logos* opera na linguagem verbal, quando entrega o poder para a maioria parlamentar. Senão, vejamos: o que é a maioria de votos a não ser o conjunto de características (eleitores) que definem a vontade popular e forma o conceito de poder na democracia? O que é a oposição senão uma minoria de “resíduos” insignificantes, que deve ficar de fora do conceito (poder), porque não se identifica, isto é, não pertence ao *mesmo* pensamento (maioria parlamentar)? No entanto, as chamadas inconsistências e insignificâncias que ficam de fora das características identificadoras do conceito são, de fato, em número muito maior do que os itens que compõem uma categoria ou classe de idéias abstratas. O mundo real é muito mais rico e complexo do que as idéias que o reduzem em conceitos intelectuais. O voto popular que legitima a democracia representativa está longe de ser suficiente para referenciar a real vontade das pessoas de carne e osso. Mesmo a maioria absoluta de 50% + 1 voto não representa a real vontade popular, se levarmos em consideração o voto na proposta derrotada, a abstenção, votos nulos e brancos (relegados a resíduos sem sentido, insignificantes para a formação do conceito de poder na democracia).

Acima resumimos alguns motivos pelos quais a moderna democracia representativa está sob ataque em várias partes do mundo, agora não mais por conta da disputa ideológica com o socialismo, mas por ameaças totalitárias e populistas, inclusive de teocracias reincidentes.

Para enfrentar a investida reacionária contra a cultura democrática, o pensamento político arraigado ao logocentrismo da modernidade ainda não conseguiu conceber novas formas de participação popular que refrigerem a democracia, oferecendo à sociedade uma representação menos simbólica, porém mais icônica (refletindo melhor a imagem do cidadão) e indicial (com a vinculação concreta dos representantes no seio da sociedade real), de modo a diminuir a convencionalidade fria e a distância entre as instituições democráticas e a sociedade real e empírica. Certamente serão necessários novos arranjos políticos investindo-se em mecanismos de democracia direta, consultas populares, plebiscitos e no reconhecimento de movimentos sociais como instâncias de decisão governamental, além de aperfeiçoamentos em processos eleitorais, de modo a garantir maior efetividade do voto popular na eleição e destituição (confirmação) de lideranças políticas, de modo a abrandar a artificialidade da representação. Enquanto essas transformações custam a se realizar, a fragilidade “simbólica” (nos termos de Peirce) da democracia moderna vai cedendo espaço a perigosos populismos que, de modo idiossincrático, vem gerando vínculos diretos entre lideranças carismáticas e o povo, passando por cima do representacionismo abstrato do parlamento e de outras instâncias democráticas.

Com a ‘crise da modernidade’ abriu-se um período de tempo em que a indefinição tornou-se a regra. Pouco se sabe acerca dos valores que virão fundamentar o pensamento e a ação humanos nessa nova era, de modo que nos resta por enquanto estabelecer algumas diferenças conceituais entre modernidade e pós-modernidade. A fase atual da história se distingue, dentre outros pressupostos, pelo seu ceticismo em relação às metanarrativas modernas que permaneceram válida desde o século XVIII até aproximadamente a década de 1980, mas que perdem sentido no mundo contemporâneo devido seu caráter de representação logicista da realidade. Contudo, a partir do último quarto do século XX,

o projeto da modernidade começou a aparecer como profundamente problemático. Tornou-se muito difícil continuar acreditando nas suas ‘supremas ficções’. Seus estilos de batalha, tidos como subversivos, chocantes, tornaram-se canônicos; sua vocação heróica, salvacionista, perdeu o vigor; suas crenças messiânicas, asfixiadas pela ingenuidade, esgotaram-se no vazio. O mal-estar, e até mesmo re-

volta para com os estilos e ideologias da modernidade, foi se espalhando por todas as esferas da cultura, das políticas e até mesmo das ciências. As grandes linhas de demarcação, que separavam a cultura superior da cultura de massas, o erudito do popular, o crítico do criativo, o estético do político, foram perdendo a nitidez, exigindo formas de atuação adequadas a um quadro de valores em crise. (SANTAELLA, 2000, p. 97)

Toda mudança de era implica transformações profundas em valores, assim como no surgimento de outros textos para representar idéias nunca antes concebidas. Em outras palavras, na pós-modernidade, a cultura “passa a definir-se mais por signos de envolvimento sensorial do que pelo apelo ao racionalismo da representação tradicional, que privilegia a linearidade da escrita. Este novo ordenamento cultural não poderia deixar de atingir o funcionamento do *logos* clássico” (SODRÉ, 2006, p. 19).

O “envolvimento sensorial” mencionado por Muniz Sodré diz respeito aos textos audiovisuais veiculados pelas mídias, que além de constituírem-se de imagens, sons e movimentos do mundo, comunicam sensações e afetos subjetivantes, embaraçando a antiga objetividade garantida pelo *logos* nos textos modernos. A perda da nitidez das fronteiras ideais, o esquecimento dos limites das definições abstratas e a incompreensão de novas emergências em características conceituais são provocadas por linguagens não verbais que se tornaram onipresentes no cotidiano e suportes de novos conhecimentos, inviabilizando a hierarquia moderna e lançando a todos num mar entrópico de sensações ininteligíveis.

A poeira levantada pela implosão do edifício da modernidade ainda nos cega para o novo quadro de referências que se forma à frente, na medida em que vamos penetrando a pós-modernidade (tabela). Em razão disso, aparecem em primeiro lugar as mazelas derivadas da perda das referências modernas para, só depois, começarem a surgir os benefícios culturais desse novo arranjo histórico.

MODERNIDADE**Do século XVIII até 1980****RACIONALISMO**

Confiança no poder da razão para distinguir entre aparência e realidade, conhecimento e ilusão, verdade e falsidade, bem e mal.

SUJEITO OU OBJETO

Distinção clara entre interior e exterior; confiança em critérios racionais que permitem distinguir o sujeito (consciência), do objeto (coisa).

ESSÊNCIA

Capacidade de conhecer a essência ou estrutura interna dos seres, definindo as causas e condições pelas quais é determinada sua identidade como coisa.

NATUREZA OU CULTURA

Afirmção da diferença entre a ordem natural e a ordem da cultura, que pode ser transformada, por ser humana e histórica.

LIVRE ARBÍTRIO

Os homens são indivíduos e agentes livres, e como seres racionais dotados de vontade, capazes de controlar as paixões e desejos, são responsáveis por eles.

PÚBLICO OU PRIVADO

Clara distinção entre esferas do público (política) e do privado, Estado e economia de mercado, lar e rua.

PÓS-MODERNIDADE**Após 1980****ILUSÃO RACIONAL**

As pretensões da razão para o conhecimento da realidade esbarram na mediação das linguagens e na oculta intenção de dominação e controle.

SUJEITO-OBJETO

Indistinção conceitual entre sujeito e objeto; tanto as filosofias quanto as ciências são construções subjetivas de seus objetos, os quais só existem como resultado de operações teóricas e técnicas.

APARÊNCIA

O conhecimento não se define pela distinção entre a verdade e falsidade, essência ou aparência, mas pelos critérios de utilidade e eficiência, sendo válido enquanto transforma.

NATUREZA-CULTURA

Desfaz a antiga distinção entre natureza e cultura, pois ambas se mesclam num *continuum*.

LIBERDADE CONDICIONAL

Descrê da racionalidade livre e concebe o indivíduo como passional e desejanter, que age por impulsos e instintos, mas que institui uma ordem social baseada na ética para gerir tais paixões sem impedir sua satisfação individual.

PÚBLICO-PRIVADO

Descrê da distinção racional entre o público e privado, por que o Estado e a vida privada são instâncias em que atuam os mesmos indivíduos.

IDEAIS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Crença na igualdade entre os homens, na liberdade garantida pela razão e na fraternidade dos povos, assim como na esfera dos direitos civis (cidadania), dando origem à ideologia dos movimentos sociais.

PROGRESSO

Crença na progressão linear da história sempre para um fim melhor; crença na emancipação do gênero humano das limitações da natureza e na realização da razão como finalidade.

Baseada em CHAÚÍ, 2005, pp. 55-56.

DIVERSIDADE

Relativiza a igualdade, condiciona o livre arbítrio, e entende a fraternidade como respeito à diferença entre os indivíduos, concebendo a sociedade como uma teia fragmentada de grupos diversificados.

TRANSFORMAÇÃO

Descrê da noção de progresso cumulativo, percebendo a possibilidade de retrocessos culturais; vê a história como uma trajetória humana descontínua, cujo movimento não tem finalidade.

Referências

- CAMARGO, M.H. *A montanha que pariu o Ratinho*. Coleção Recém mestre. Curitiba: UTP, 2004.
- CHAÚÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTAELLA, L. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 2000.
- SODRÉ, M. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.